

Cientistas partem para a luta por mais espaço

A reunião da SBPC, que começa hoje em Brasília, deve ter um tom de reivindicação. Os cientistas querem influir mais diretamente na definição de uma política para o setor no País. Exigem também maior apoio aos projetos e menos burocracia nos órgãos de financiamento à pesquisa.

Luiz Carlos Lopes

Não se deve classificar como simples coincidência a realização da 39.^a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) no mesmo cenário onde se desenvolvem os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. O encontro deste ano em Brasília - de hoje ao próximo dia 18 - promete apresentar um caráter predominantemente político, revelando a intenção dos cientistas em ganhar maior espaço junto aos centros decisórios do governo.



Pavan, do CNPq: culpando a Cacex e o Banco Central pela demora.

que muitos cientistas consideram essencial ao desenvolvimento tecnológico do Brasil.

Para a professora Carolina Bori, presidente da SBPC, uma especialista em Psicologia Experimental, o ponto crucial é a inexistência de apoio sistemático à pesquisa, o que deixa os cientistas e seus projetos ao sabor das flutuações econômicas do País: "A atividade de pesquisa exige apoio contínuo. Ela tem um tempo de realização nem sempre definido e muitas vezes a verba concedida inicialmente precisa ser repostada. Como o financiamento dos projetos é geralmente negociado ano a ano, atrasos e cancelamentos de verbas são frequentes, prejudicando o trabalho."

A professora também considera incoerente o comportamento do governo federal, que a nível do discurso apresenta o desenvolvimento científico como uma de suas prioridades, mas não propõe ações claras nesse sentido. "A reserva de mercado para a informática, por exemplo, não dará nenhum resultado no futuro se não for acompanhada de um esforço para a formação de pessoal de alto nível e criar um mercado que os absorva. Não adianta buscar soluções isoladas para uma ou outra área. O Brasil precisaria incentivar a formação de no mínimo o dobro dos 10 mil pesquisadores que existem hoje. Do contrário, corre o risco de se atrasar ainda mais em relação a outros países."

O governo federal, de seu lado, garante que os cientistas não têm do que se queixar. Mais de uma vez, o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, veio a público para acenar, orgulhoso, os números que colocam a Nova República como o governo que mais recursos destinou à pesquisa em toda a história do País. Segundo esses dados, a pesquisa brasileira recebia apenas 0,2% do Produto Interno Bruto no fim do governo Figueiredo. Hoje, este percentual estaria em torno já de 1% e o presidente Sarney pretende dobrar até o término de seu mandato, segundo Archer.

Mas, ao que parece, o problema não se resume ao já tradicional coro dos insatisfeitos com a fatia que lhes coube na distribuição do bolo dos recursos públicos. A reclamação maior dos cientistas diz respeito à ausência de diálogo com o Executivo e a necessidade de estabelecer formas mais eficazes de apoio à pesquisa. Reduzir a burocracia e as dificuldades para a importação de materiais e equipamentos de pesquisa são apenas dois exemplos do

O maior evento científico do País

O futuro do Brasil hoje" é o tema central da 39.^a Reunião Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que se prolonga até o próximo dia 18, na Universidade de Brasília. Estão programados 23 simpósios multidisciplinares, 77 simpósios específicos, 28 mesas-redondas, 50 conferências, 38 cursos, 26 encontros, 14 assembléias, 4 reuniões e um concurso, além da exibição de filmes científicos, comunicações individuais e painéis que, somados, totalizam 2.926 trabalhos. São esperados cerca de 10 mil participantes. A reunião anual da SBPC é considerada o maior evento científico do País.

UM LONGO CAMINHO

A disputa dos cientistas por maior influência junto ao governo teve um dos pontos altos em fevereiro, quando membros da Comissão das Sociedades Científicas protestaram publicamente contra o fato do ministro Archer não mais recebê-los. Criada quase juntamente com o próprio Ministério da Ciência e Tecnologia, em abril de 1985, essa Comissão é composta por membros eleitos entre as mais de sessenta sociedades científicas em que estão agrupados os sócios da SBPC, e seu objetivo é exatamente o de servir de ponte entre a comunidade e o governo.

Para reiniciar o contato com o Ministério, essa mesma Comissão reuniu-se com Archer no último dia 2 de julho, levando ao ministro algumas reivindicações no sentido de tornar mais ágeis os mecanismos de importação para insumos e equipamentos destinados à pesquisa. Atualmente, o pedido de alguma droga ou máquina cumpre várias etapas até a autorização ser obtida, produzindo o atraso na chegada ao País e a consequente deterioração dos recursos aprovados para o projeto.

O caminho a ser percorrido é longo. O cientista deve primeiro fazer o pedido de financiamento a alguma das agências oficiais de apoio à pesquisa. Essas agências verificam se não existe um similar nacional para o produto e depois encaminham o pedido à Cacex para obter a guia de importação. Mes-



Carolina Bori: "O Brasil corre o risco de ficar ainda mais atrasado."

mo após toda essa maratona - que pode levar meses e conforme o tipo de produto envolver outros órgãos - o equipamento só virá se a quota de importação da universidade ou instituto que enviou o projeto já não estiver esgotada. Além disso, a autorização final para a importação só acontecerá mediante o depósito prévio de uma espécie de garantia, variando em média de 25% a 30% do valor total da transação.

As propostas levadas pela Comissão ao ministro defendem um tratamento diferenciado aos produtos importados com aplicação em pesquisa. O documento dos cientistas pretende que as universidades ou as agências de apoio possam autorizar diretamente as importações ou que no mínimo o governo tome algumas providências como o fim do depósito prévio e a criação de uma seção especial na Cacex para análise e liberação desses materiais, com prioridade em relação aos produtos destinados ao uso comercial.

Além de não considerar justa a atual política de importações "que não taxa diferenciadamente um litro de uísque e uma droga rara", Carolina Bori critica também os critérios utilizados para definir que áreas de conhecimento merecerão apoio mais frequente. A biotecnologia, a microeletrônica e a química fina são alguns desses setores. "Não sabemos por que essas áreas foram escolhidas. Onde estão as ciências sociais? Os problemas humanos não são prioritários no Brasil? É para discutir isso que reivindicamos a participação de cientistas nas instituições de amparo à pesquisa".

Uma história exemplar

Um exemplo das dificuldades na importação de equipamentos para pesquisa é o que aconteceu com o professor Etelvino Bechara, do Instituto de Química da USP. Em 1979, ele entrou com vários pedidos junto a agências de apoio à pesquisa para importar da Suécia um Contador de Cintilação Líquida, muito comum em laboratórios bioquímicos e com aplicação em pesquisas básicas. Durante seis anos Bechara teve de esperar, pois as agências alegavam falta de recursos. O dinheiro, na época aproximadamente Cz\$ 220 mil, veio só em 1985 através da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Longe de uma solução, isso significou apenas o início dos entraves burocráticos. A guia para a importação demorou quatro meses para ser obtida na Cacex. De posse da guia, o pesquisador foi então ao Banco do Brasil já em fevereiro de 1986, onde teve de de-

positar 50% do valor do equipamento como garantia. O aparelho chegou só quatro meses depois e quando Bechara retornou ao Banco para resgatar a garantia e completar o pagamento recebeu mais uma desagradável surpresa. Como o depósito foi feito às vésperas da decretação do Plano Cruzado I, o banco aplicara a tabela de deflação à quantia depositada. Em resumo, o dinheiro da Finep estava todo comprometido e ainda faltavam Cz\$ 30 mil para completar o pagamento.

Restou ao pesquisador reivindicar ao banco a supressão da dívida ou requisitar suplementação de verba à Finep. Nenhuma das duas coisas ocorreu. Hoje, o equipamento funciona no Instituto de Química da USP, mas por sua causa alguns funcionários deixaram de receber um aumento de salário em 1986 e o Instituto protelou, para uma próxima vez, a compra de alguns reagentes químicos. (LCL)

MAIOR AUTONOMIA

O presidente do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - agência de apoio à pesquisa ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia -, geneticista Crodwaldo Pavan, não concorda com boa parte das críticas da comunidade. "As áreas consideradas prioritárias são multidisciplinares. Não se faz a informática sem desenvolver simultaneamente outros campos. Com um grande desenvolvimento das áreas principais, acredito que os outros setores receberão mais atenção e recursos".

O cientista lembra ainda que sua atuação à frente da agência tem sido marcada pela valorização do trabalho de pesquisa, aumentando de 13 mil para 21 mil o número de bolsas de estudo concedidas, além de elevar o valor real dessa remuneração "a ponto de um bolsista na USP receber hoje um salário até maior que o de seu orientador".

Um grave problema, no entanto, é que muitos desses pesquisadores acabam sem emprego após o término de seus estudos. O presidente do CNPq vê a saída no apoio privado. "Hoje, só a universidade pública faz pesquisa no Brasil. Estamos estudando a possibilidade de conceder incenti-

vos fiscais para as empresas que tenham laboratório de pesquisas próprio".

Pavan, que até assumir o CNPq era presidente da SBPC, garante que o fato de ter passado de "estilingue à vidraça" não significa o abandono de uma postura crítica em relação à difícil situação da pesquisa no País. O geneticista concorda que há necessidade de se dar maior autonomia e democratizar as agências de apoio à pesquisa. "Hoje, no CNPq, os critérios de aprovação dos projetos são determinados por cientistas que funcionam como assessores e que são indicados pelas sociedades científicas".

Para atacar a questão da burocracia e da falta de autonomia das agências, Pavan acena com um possível decreto presidencial que daria a esses órgãos a prerrogativa de autorizar a importação de materiais sem passar obrigatoriamente pelas gavetas da Cacex. Uma regalia que, embora na prática não funcione, só é concedida hoje à Universidade de Brasília. "Nenhum pedido fica parado mais de vinte dias no CNPq. O problema é depois, com a Cacex e o Banco Central. Processos de universidades chegam a demorar semanas para serem analisados, enquanto os de empresas são feitos em até uma hora", dispara.